

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.421 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2001

## Congresso se autoconvoca para votar Orçamento e restrição à imunidade

Decisão foi tomada pelos presidentes do Senado, Ramez Tebet, e da Câmara, Aécio Neves, e não implica despesas adicionais para os cofres públicos. Período extraordinário irá até o dia 21 e permitirá ao Legislativo examinar outras matérias importantes, como a correção da tabela do IR, novas regras para o setor de combustíveis e a taxa de iluminação pública.

PÁGINA 5



Aécio Neves, Ramez Tebet e Edison Lobão durante a sessão especial do Congresso em que foi promulgada a emenda permitindo acumulação de cargos

### Promulgada permissão para acumular cargos na área de saúde

O Congresso promulgou no início da noite de ontem, em sessão especial, a emenda constitucional que permite a acumulação de até dois cargos públicos por profissionais da área de saúde. A emenda foi aprovada pelo Senado na quarta-feira e entra em vigor hoje, com sua publicação no *Diário Oficial*.

PÁGINA 3

### Correção da tabela do IR pode ser aprovada em 72 horas

Plenário aprova regime de urgência solicitado pelos líderes partidários. Projeto prevê reajuste de 17,5% na tabela, tornando isentas as pessoas que ganham até R\$ 1.057,50 mensais.

PÁGINA 3

### Diploma Darcy Ribeiro já tem regulamento

PÁGINA 6

### Senado autoriza crédito do BNDES ao município de São Paulo

Também foram aprovadas operações solicitadas pelos estados de Sergipe, Piauí e Tocantins e empréstimo da União junto ao Banco Mundial.

PÁGINA 2

Plenário votou ainda autorização para a Transpetro aumentar seu endividamento, permitindo a aquisição de navios



# Seguro-garantia de imóveis volta a exame de comissões

Objetivo do projeto de Edison Lobão é dar segurança a quem investe na aquisição de moradia, evitando casos como o da construtora Encol

Quatro emendas de plenário alteraram o substitutivo apresentado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ao projeto de lei do senador Edison Lobão (PFL-MA) instituindo o seguro-garantia nas atividades de incorporação e construção de imóveis. As emendas foram sugeridas pelo próprio autor na votação em turno suplementar do substitutivo.

O novo texto apresentado por Cabral tornava obrigatória a criação do seguro. Uma das emendas permite que ele seja facultativo, dispensando o incorporador e o construtor de fazê-lo, desde que essa informação esteja incluída no memorial de incorporação. Com as emendas, o projeto volta às Comis-



Lobão sugeriu as emendas durante a apreciação do substitutivo de Cabral

sões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outra modificação permite que o seguro-garantia seja usado como caução pelo loteador para assegurar o cumprimento das obrigações de execução das obras de implantação ou desmembramento.

O senador Edison Lobão afirmou que o objetivo do projeto é dar garantia às pessoas que financiam imóveis para morar. Ele lembrou o caso da construtora Encol, que ao falir deixou mais de 40 mil pessoas em situação difícil. Lobão pediu rápida atuação das comissões, para que a matéria possa ser examinada pela Câmara.

## Plenário autoriza empréstimo para transporte urbano de São Paulo

Entre cinco autorizações para empréstimos aprovadas na sessão de ontem, o Plenário deu seu aval ao pedido do município de São Paulo para tomar financiamento de R\$ 104,9 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimento no Programa de Apoio à Modernização de Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos e no Programa Prioritário de Transportes Urbanos. Como contrapartida, a prefeitura deve destinar mais R\$ 116,6 milhões aos programas.

— A administração da prefeita Marta Suplicy terá acesso a importantes recursos para o transporte público — afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que agradeceu o empenho do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Paulo Hartung (PSB-ES), para aprovar a autorização.

Segundo o senador José Fogaça

(PPS-RS), a resolução está em situação semelhante à de empréstimos já autorizados para os estados de Goiás e do Ceará, pois o parecer do Banco Central traz restrições à operação. Porém, disse, as observações contidas no parecer estariam incluídas nas excepcionalidades garantidas pela Resolução nº 78, de 1998.

Também foram aprovados na sessão projetos de resolução que autorizam os estados do Piauí e de Sergipe a contrair empréstimo de US\$ 22,5 milhões e de US\$ 20,8 milhões, respectivamente, junto ao Banco Mundial, para investimento no Projeto de Combate à Pobreza Rural.

Os senadores aprovaram ainda resolução que autoriza o estado do Tocantins a contratar operação de crédito de US\$ 100,3 milhões junto à instituição italiana de crédito Mediocredito Centrale para investimento no Projeto de Eixos Rodoviários de Integração e Desenvolvi-

mento. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que os recursos viabilizarão a integração da malha viária do estado, especialmente da Ferrovia Norte-Sul e da Hidrovia Araguaia-Tocantins. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) e o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacaram a importância do empréstimo para o estado.

Foi aprovada também resolução que autoriza o governo federal a contratar crédito de até US\$ 8,8 milhões junto ao Banco Mundial para o Projeto de Fortalecimento do Gerenciamento Fiscal e Financeiro (Proger). Como relator na CAE, Jucá disse que o dinheiro permitirá a capacitação de pessoal para controle e garantia da estabilidade fiscal.

O senador Lauro Campos (PDT-DF) votou contra os empréstimos externos. Para ele, o país percorre “um caminho desastroso, que levou a Argentina à bancarrota”.

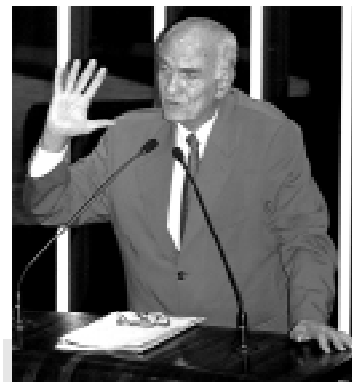
## Transpetro poderá aumentar dívida para comprar navios

A empresa Petrobras Transportes (Transpetro) vai poder elevar, temporariamente, seu limite de endividamento em R\$ 1,01 bilhão. Essa autorização consta de resolução aprovada ontem pelo Senado. Com o dinheiro, a empresa vai assumir uma dívida de R\$ 595 milhões referente a navios transferidos pela Petrobras; investir R\$ 379 milhões na aquisição de novas embarcações; e usar R\$ 36 milhões na aquisição de sua sede e recursos de informática.

Segundo o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), a decisão é importante para a indústria naval e para a marinha mercante, que, em sua opinião, foi desmobilizada nos últimos anos por políticas equivocadas do governo. Ele disse que a autorização vai permitir a encomenda de novos petroleiros em estaleiros nacionais, para substituir parte da frota que está obsoleta. Os recursos serão financiados pelo Fundo da Marinha Mercante, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

— A indústria naval nacional precisa dessa injeção de recursos para reviver — afirmou Saturnino.

Os senadores Lauro Campos (PDT-DF) e Geraldo Cândido (PT-RJ) votaram contra, por acreditarem que a Petrobras vem firmando contratos suspeitos para a construção de navios e plataformas de prospecção de petróleo. Lauro considera estranho que a Petrobras, mesmo com os lucros que apresenta, tenha que solicitar empréstimos



Saturnino destaca importância da decisão para a indústria naval e a marinha mercante

para renovar sua frota. Ele condenou o contrato de US\$ 2 bilhões com a empresa Marítima para construção de navios e plataformas, como a “malfadada” P-36, que submergiu na Bacia de Campos. Segundo o senador, até aquele momento, a empresa não havia construído navios.

Cândido anunciou que vai cobrar que os investimentos sejam realmente feitos na indústria nacional e disse duvidar da credibilidade da direção da Petrobras. Saturnino concordou que a Petrobras não tem seguido a tradição que privilegiava encomendas no Brasil. Porém, argumentou, caso os recursos sejam aplicados fora do país, a autorização deixa de ter validade. Robinson Viana (PMDB-PB) elogiou a iniciativa, que, na sua opinião, pode revigorar a indústria nacional e acabar com o arrendamento de navios estrangeiros, “uma verdadeira sangria dos recursos nacionais”.



### AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2001

Presidente Ramez Tebet

10h — Preside sessão deliberativa ordinária

#### PLENÁRIO

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 111/01, institui o Dia Nacional do Livro Infantil; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2-A/95, dá nova redação ao artigo da

Constituição federal (dispõe sobre imunidade parlamentar); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 49/01, dá nova redação à alínea b do inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (modifica as operações de ICMS relativas a petróleo e energia elétrica); terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 53/01, acrescenta o artigo 149-A à Constituição federal (iluminação pública); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviço de radiodifusão comunitária.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

# Nova tabela do IR deve ser votada ainda este ano

A previsão é do presidente do Senado, Ramez Tebet, que negou estar sendo pressionado pelo Palácio do Planalto para atrasar a tramitação do projeto. Regime de urgência para a proposta foi acolhido ontem pelo Plenário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou no final da manhã de ontem que o projeto de lei aprovado na Câmara destinado a corrigir a tabela do Imposto de Renda, recém-chegado ao Senado, poderá ser aprovado em até 72 horas. O regime de urgência solicitado pelos líderes partidários para a matéria foi aprovado ontem pelo Plenário.

— Eu tenho certeza de que esse projeto será aprovado ainda este ano, pois já foi consagrado como uma vontade do Congresso e da sociedade — salientou o senador.

Tebet disse não acreditar na possibilidade de o presidente Fernando Henrique Cardoso vetar o

projeto que for aprovado pelo Congresso, pois há acordo em torno da tramitação da matéria. O senador lembrou, no entanto, que o direito de o presidente da República sancionar ou vetar qualquer matéria originária do Congresso Nacional está previsto na Constituição.

O presidente do Senado disse também não acreditar que o governo editará medida provisória regulando o assunto. Tebet negou, ao ser questionado por jornalistas, que tenha recebido qualquer telefonema do Palácio do Planalto solicitando tramitação mais lenta para o projeto sobre o Imposto de Renda.



O Plenário do Senado pode votar o projeto que corrige a tabela do Imposto de Renda em 72 horas

## O que muda no Imposto de Renda

O projeto que altera a legislação sobre o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, aprovado em forma de substitutivo pela Câmara e que está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), corrige em 17,5% a tabela em 2002. Ficarão isentas da tributação pessoas que ganham até R\$ 1.057,50 por mês, o que modifica o atual teto para a isenção, que é de R\$ 900.

Quem ganha acima de R\$ 1.057,50 até o limite de R\$ 2.115 mensais, segundo o substitutivo da Câmara, será tributado em 15% (limite de dedução até

R\$ 158,63). Os salários superiores a R\$ 2.115 terão alíquota de 27,5% (limite de dedução até R\$ 423). O projeto está retornando ao Senado, onde começou a tramitar por iniciativa do senador Paulo Hartung (PSB-ES). O relator da matéria na CAE deve ser o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

O Executivo é contra a proposta, alegando que haverá perda de arrecadação, estimada pelo secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em R\$ 3,6 bilhões. O Ministério da Fazenda calcula que a perda será de R\$ 2,6 bilhões.

## Jefferson Péres será o relator do projeto na CAE

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) anunciou ontem que o senador Jefferson Péres (PDT-AM) deverá ser indicado pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para relatar o substitutivo da Câmara ao projeto que atualiza as tabelas do Imposto de Renda. Segundo Hartung, autor da proposta, “com a participação decisiva” do presidente do Senado, Ramez Tebet, a matéria poderá ser examinada pelo Plenário, em regime de urgência, na próxima quarta-feira, dia 19.

Hartung afirmou que não passam de boatos as notas que vêm sendo publicadas pela imprensa sobre possível disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso de vetar a proposta, caso o Senado também a aprove. Ele disse basear-se no fato de a votação da proposta na Câmara ter sido precedida de amplo acordo, envolvendo as lideranças dos partidos que integram a base de sustentação do governo (PSDB, PFL,



Paulo Hartung, autor do projeto, informou que Jefferson Péres deverá ser indicado pelo presidente da CAE para relatar a proposta



PMDB, PTB e PPB) e os de oposição (PT, PDT e PSB), entre outros.

— Tenho certeza de que o presidente vai sancionar o projeto, porque essa matéria não é fruto da vaidade de nenhum partido, mas reflete a pressão legítima da sociedade que paga imposto mas não quer pagar nenhum confisco — afirmou.

### AVANÇO

As mudanças na tabela do IR não são as ideais, avalia Hartung. Ele considerou que o texto apro-

vado pela Câmara e que o Senado examinará a partir da próxima semana representa avanço, principalmente para os trabalhadores, “os mais onerados com o congelamento que já dura seis anos”.

O autor do projeto admitiu, no entanto, que o conjunto da sociedade brasileira “anseia” por uma reforma capaz de introduzir os critérios de uma tabela com alíquotas progressivas, de modo a promover a distribuição de renda no país.

## Casildo Maldaner defende salário mínimo de R\$ 220

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a fixação do salário mínimo em R\$ 220. Embora acordo de lideranças no Congresso Nacional tenha garantido o mínimo de R\$ 200 (o governo havia proposto R\$ 189), ele considera o valor insuficiente. Há possibilidade, disse, de aumento mais substancial.

— Deve haver um esforço para que cheguemos a R\$ 220. As fontes para isso estão surgindo, entre elas o corte de R\$ 1,3 bilhão das emendas parlamentares ao Orçamento — argumentou o se-



Casildo Maldaner lembra que as fontes para o reajuste estão surgindo

nador, para quem o aumento deve ser extensivo aos aposentados e pensionistas.

## Promulgada emenda que autoriza acumulação de cargos na saúde

Em sessão especial do Congresso no início da noite de ontem, as Mesas do Senado e da Câmara promulgaram emenda constitucional que permite a acumulação de até dois cargos públicos por profissionais da área de saúde.

Até então, apenas os médicos podiam ter dois empregos públicos. A emenda, que estará em vigor a partir de hoje, com sua publicação no *Diário Oficial* da União, estende a acumulação de cargos aos dentistas, enfermeiros, nutricionistas e outros profissionais da saúde.

### BAIXOS SALÁRIOS

A mudança foi proposta pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que esteve no Senado em to-

das as sessões em que a matéria foi discutida e votada. Ela alega que, com os baixos salários pagos na área de saúde, “é justo que todos os profissionais do setor”, e não apenas os médicos, possam ter dois empregos em órgão governamental.

A emenda foi aprovada pelo Senado, em segundo turno, na quarta-feira, com 62 votos a favor, cinco contrários e duas abstenções. Muitos dos senadores que votaram a favor da matéria lamentaram os baixos salários dos médicos, dentistas e outros profissionais da área. Para eles, ao invés de se permitir dois empregos, os governos deveriam pagar salários melhores.

# Para Requião, é preciso fortalecer o Mercosul

Senador conclama Brasil e Argentina a unirem forças, já que protecionismo dos Estados Unidos teria sepultado idéia da Alca

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) conclama Brasil e Argentina a unirem suas forças para reviver o Mercosul, que seria a única saída possível para dinamizar o comércio do Cone Sul, agora que as novas medidas protecionistas dos Estados Unidos sepultaram a idéia da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), no entendimento do senador.

Segundo Requião, o governo George W. Bush e o Congresso norte-americano cederam às pressões dos lobbies internos e aprovaram restrições às importações de minério de ferro e do aço brasileiros. Ele apontou ainda para os subsídios concedidos pelo governo de Bush à agricultura, da ordem de US\$ 171 bilhões.

— Essas medidas simplesmente inviabilizaram a Alca, cuja filosofia seria, exatamente, acabar com barreiras alfandegárias para estimular o comércio nas Américas. A Alca morreu e renasce,



Roberto Requião: governo Bush cedeu às pressões dos lobbies internos

com força, a idéia de estimularmos o Mercosul — observou, asseverando que seria ingenuidade do governo brasileiro imaginar que os norte-americanos deixariam de lado o protecionismo econômico.

O senador afirmou que a Argentina está atravessando uma crise terrível que parece representar o futuro do Brasil, se não forem adotadas mudanças na política

econômica, que é essencialmente a mesma do governo argentino. De acordo com Requião, a solução para os dois países requer o estímulo a um comércio fraterno e solidário.

— Precisamos ver brasileiros trabalhando na indústria e no comércio argentinos e vice-versa. Somente a dinamização do Mercosul pode oferecer um futuro seguro para o Cone Sul. Morreu a Alca, renasce o Mercosul — disse.

Requião criticou ainda o anúncio, feito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, de que iria pessoalmente aos EUA para levar ao Congresso norte-americano uma moção de repúdio à Alca e às decisões tomadas pelos parlamentares daquele país. O senador lembrou que a economia norte-americana e as deliberações do Congresso são assuntos internos dos EUA. Requião alertou para o fato de que o Brasil não toleraria atitude semelhante de nenhum político estrangeiro.

## Jucá teme falta de recursos do Bird para combater Aids

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) manifestou-se preocupado com a possibilidade de o Banco Mundial (Bird) não conceder um terceiro empréstimo ao Brasil para o prosseguimento do programa de controle da Aids em 2002, já que a África vem se tornando o centro das preocupações quanto ao controle da doença.

Jucá citou publicação da monografia *As estratégias do Banco Mundial e a resposta à Aids no Brasil*, em que a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia) levanta questões sobre as chances de o governo brasileiro manter, sem os recursos do Bird, o programa de controle da Aids executado pelo Brasil e elogiado internacionalmente.

O senador informou que o Bird financiou durante a década de 90 dois grandes projetos brasileiros de combate à Aids, apesar de a instituição não concordar com a diretriz brasileira de universalizar



Romero Jucá: atenções do banco estão voltadas para epidemia de Aids na África

o acesso gratuito à medicação anti-retroviral, sob a alegação de que se trataria de uma política cara e equivocada, pois desviaria recursos da prevenção.

Na avaliação de Jucá, o sucesso da ação brasileira no controle da Aids, manifestado principalmente na queda acentuada da mortalidade entre os infectados pelo vírus HIV, indica que a política do Ministério da Saúde é acertada.

## Tebet recebe comissão de embaixadores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a visita de cortesia de quatro representantes do Conselho dos Embaixadores dos Países Árabes. No encontro, em que houve uma troca de impressões sobre os diversos interesses comuns entre o Brasil e esses países, o presidente pediu informações sobre o andamento das negociações de paz no Oriente Médio.

Os representantes recebidos foram Chahin Fahad, da Síria, Faris Mufti, da Jordânia, Musa Amer Odeh, da Palestina, e Shadia Farrag, do Egito.



A celebração da missa no Congresso contou com a presença de parlamentares e funcionários

## Pastoral Parlamentar celebra missa no Congresso

A Pastoral Católica Parlamentar celebrou ontem missa de Natal na capela do Salão Negro do Congresso Nacional. A celebração encerrou as atividades da pastoral em 2001, e contou com a presença do senador Pedro Simon (PMDB-RS), membro da congregação, e do coordenador da pastoral, deputado José Linhares

(PTB-CE). O padre Jonas Abib lembrou aos presentes o “pedido de paz” que o papa João Paulo II tem feito em suas mensagens. O espírito natalino foi acentuado ainda pela apresentação de um coral de sinos do Espírito Santo. A missa marcou o início das transmissões da TV católica Canção Nova.

## Plenário aprova Gustavo Dahl para dirigir a Ancine

O Plenário do Senado aprovou ontem mensagem presidencial indicando o nome do cineasta Gustavo Dahl para exercer, com mandato de cinco anos, o cargo de diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Também foram aprovados os nomes de João Eustáquio da Silveira, Augusto Sevá e Lia Maria de Gomensoro Polachini Lopes, indicados para a diretoria da agência com mandatos, respectivamente, de quatro, três e dois anos. A matéria vai à sanção presidencial.

A Ancine foi criada por medida provisória, editada em setembro passado, para estabelecer princípios gerais da Política Nacional do Cinema. A indicação de Dahl foi relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), para quem o cineasta tem dado importantes contribuições ao cinema brasileiro, tanto como autor de filmes (*Bravo Guerreiro*, *Uirá — um índio à procura de Deus* e *Tensão no Rio*), como, também, no exercício de cargos administrativos.

Francelino lembrou que o indicado foi superintendente de comercialização da Empresa Brasileira de Filmes S/A (Embrafilme), presidente do Conselho Nacional

de Direito Autoral e membro do Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria do Cinema (Gedic).

Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Artur da Távola (PSDB-RJ) e José Fogaça (PPS-RJ) elogiaram a atuação de Francelino como articulador do processo que resultou na criação da Ancine. Ele também propôs a criação da Subcomissão de Cinema, da qual tornou-se o relator.

### DIRETORES

Lia Maria Lopes é especialista em matéria financeira fiscal e trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). João Silveira tem formação acadêmica na área de Ciência Política e, de 1999 a 2000, além da assessoria técnica que prestou para o gabinete de Francelino Pereira, assessorou a Subcomissão de Cinema.

Augusto Sevá, ao lado da convivência direta com a produção cinematográfica, tem participado de atividades representativas do setor. Integrou a Comissão Nacional de Cinema do Ministério da Cultura (de 1999 a 2001) e já ganhou vários prêmios por sua filmografia.

# Tebet e Aécio decidem convocar o Congresso

Presidente do Senado afirmou que o Legislativo deverá encerrar ano de 2001 “com chave de ouro”, aprovando a proposta de emenda à Constituição que restringe a imunidade parlamentar. Autoconvocação vai até o dia 21

## Freire destaca congresso do PT em Recife e Olinda

O senador Roberto Freire (PPS-PE) enalteceu o 12º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), a ser realizado neste final de semana nas cidades do Recife e Olinda, em Pernambuco. Para ele, o encontro demonstra que a esquerda brasileira continua viva e se prepara para ser uma alternativa real de poder.

Informando que o PPS será representado no congresso, ele disse que no encontro deverão surgir propostas concretas destinadas a mudar as estruturas econômicas e sociais do país. Freire elogiou o PT, acrescentando que os partidos de esquerda lutam para que tenham uma unidade política e de ação.

— O PPS tem algumas diferenças com o PT. Entretanto, fazemos parte



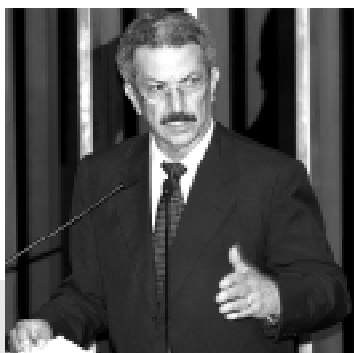
Roberto Freire disse que seu partido, o PPS, será representado no encontro organizado pelo PT

do mesmo campo de propósitos, comungamos os mesmos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e, portanto, não podemos nos afastar um do outro — concluiu.

## Tuma aplaude iniciativa de crianças em defesa da paz

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou ontem em Plenário a iniciativa das 41 crianças que participam da quinta edição do programa Autoridades Mirins. Elas escreveram a “Carta pela Paz”, na qual criticam a guerra e todas as outras formas de violência. A carta foi enviada ao secretário-geral das Nações Unidas (ONU), Prêmio Nobel da Paz, Kofi Annan.

O programa Autoridades Mirins foi instituído pela prefeitura de Barueri (SP), e consiste na substituição simbólica de autoridades públicas, profissionais liberais e empresários por crianças com idade entre sete e 11 anos matriculadas na rede pública de ensino.



Segundo Romeu Tuma, carta escrita pelas crianças foi enviada ao secretário-geral da ONU

no. Entre as atividades que as crianças realizam está a de comparecer aos ambientes de trabalho das autoridades que substituem e simular sessões simbólicas.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou ontem que o Congresso deverá encerrar o ano de 2001 “com chave de ouro”, aprovando a emenda constitucional que restringe a imunidade parlamentar. O anúncio foi feito depois de Tebet ter decidido, com o presidente da Câmara, Aécio Neves, fazer a autoconvocação das duas Casas, sem despesas para os cofres públicos, até o dia 21 de dezembro.

A tramitação da emenda foi agilizada por decisão unânime das lideranças no Senado e a promulgação

deverá acontecer no dia 20. Durante a autoconvocação, os senadores deverão votar também o reajuste da tabela do Imposto de Renda em 17,5%; emenda autorizando a criação de taxa de iluminação pública; novas regras para o setor de combustíveis; e a legislação que faz par-



Autoconvocação definida por Ramez Tebet (E) e Aécio Neves não trará despesas aos cofres públicos

te do acordo que pôs fim à greve dos professores universitários. Essas matérias vieram juntar-se ao Orçamento da União, que continua sendo a maior prioridade.

Quanto à possibilidade de o presidente da República vetar a nova tabela do IR, Tebet lembrou que o percentual de 17,5% havia sido

proposto anteriormente pelo próprio governo, e ponderou que outras fontes de recursos surgiram para compensar a receita que deixará de ser arrecadada.

— Nós precisamos ter sensibilidade. É uma questão de justiça. Faz sete anos que a tabela é a mesma e não houve avanço salarial correspondente para a classe média e a classe trabalhadora. É natural o Congresso ser sensível a isso, e a área econômica do governo também deve

ser — afirmou.

Para Tebet, o balanço do ano que finda é favorável ao Congresso. “Foi um ano produtivo. O Brasil amadureceu aprendendo a lidar com as crises e o processo legislativo caminhou normalmente no Senado e na Câmara, apesar delas — disse.

## Senado apressa a discussão de três PECs

O Senado iniciou ontem a discussão de três propostas de emenda constitucional (PEC) que, conforme requerimento aprovado pelo Plenário, terão regime especial de tramitação. O objetivo é permitir a aprovação ainda este ano das propostas que tratam das restrições à imunidade parlamentar, da extinção da imunidade de ICMS em operações interestaduais de comércio de combustíveis e energia, e da instituição da taxa de iluminação pública pelos municípios.

Aprovada ontem mesmo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a PEC que restringe a imunidade par-

lamentar mantém o instituto apenas para os chamados crimes de opinião.

Os parlamentares poderão ser processados pela prática de crimes comuns perante o Supremo Tribunal Federal (STF) sem a necessidade de licença prévia da Casa legislativa, como ocorre hoje. No entanto, o texto aprovado na Câmara permite a suspensão do processo caso haja o entendimento de que a ação tem motivações políticas.

As modificações feitas pela Câmara dos Deputados geraram protestos dos senadores. Alguns deles alertaram para o fato de que a possibilidade de suspen-

são do processo fere a independência dos Poderes. Ainda assim, a proposta foi aprovada por unanimidade na Comissão de Justiça, para evitar atraso na promulgação dessa mudança constitucional.

Quanto à proposta de emenda constitucional que extingue a imunidade no ICMS sobre as operações interestaduais de comércio de combustíveis, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), autor da iniciativa, disse que o único efeito do atual dispositivo constitucional é proibir o pagamento de ICMS no estado onde são produzidos o petróleo e a energia.

## Simon quer aperfeiçoar emenda que limita imunidade

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que pretende apresentar proposta de emenda constitucional em março próximo para restabelecer o texto original do projeto aprovado pelo Senado que limita a imunidade parlamentar. Para ele, o texto que saiu da Câmara voltou ao Senado com mudanças, entre elas uma autorização para que a Câmara ou o Senado impeçam processos no STF con-

tra parlamentares, desde que estas Casas assim decidam.

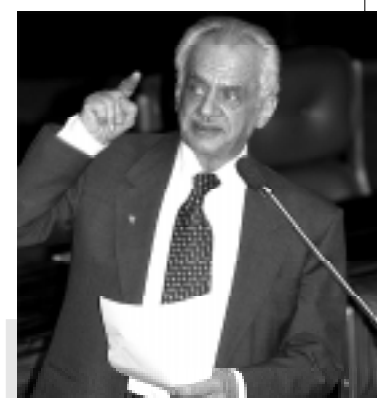
— Fui o primeiro no Senado a fazer proposta de mudança na imunidade. O projeto aprovado pelos senadores ficou anos nas gavetas da Câmara e agora os deputados nos enviam um projeto com alterações. Nosso projeto era melhor, mas vamos votar pela aprovação deste que a Câmara aprovou. É melhor do que nada — disse.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) classificou a emenda da imunidade como “saneadora”, lembrando que atualmente existe a interpretação de que o mandato pertence ao Parlamento. Assim, mesmo sem a concordância de um parlamentar acusado, o Plenário pode rejeitar um pedido do STF para processá-lo.

Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou que a mudança na imunidade, permitindo

que os parlamentares sejam processados por crimes comuns, evitará que sejam eleitas pessoas que buscam o mandato “só para escapar da Justiça”.

Por sua vez, Gilvam Borges (PMDB-AP), que disse apoiar o projeto, sustentou serem necessários “não só a moralização do Congresso, com este projeto das imunidades, mas um projeto de reestruturação moral da sociedade brasileira”.



Pedro Simon disse que foi o primeiro senador a apresentar proposta sobre o assunto



# Aprovado regulamento do Diploma Darcy Ribeiro

Poderão participar do concurso, a ser lançado em março do próximo ano, cidadãos e organizações que tenham contribuído para a melhoria da educação no país. O premiado terá seu trabalho publicado pelo Congresso Nacional

Um grupo de senadores e deputados reunido ontem com o presidente do Senado, Ramez Tebet, aprovou o regulamento do primeiro Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, a ser lançado em março de 2002. A iniciativa, aprovada por meio de resolução do Congresso de 1999, tem o objetivo de homenagear o educador e senador Darcy Ribeiro, já falecido, e ao mesmo tempo reconhecer o trabalho de cidadãos e organizações da sociedade que tenham contribuído para a melhoria da educação.

Segundo o regulamento, qualquer pessoa física ou jurídica poderá participar do concurso, por meio de indicação de membros do Congresso Nacional ou de entidades da sociedade civil. Ficam vedados o patrocínio direto de empresas a qualquer dos concorrentes e também a participação de integrantes do Legislativo e do Judiciário federais, do presiden-



As regras para o primeiro Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro foram aprovadas ontem por Ramez Tebet e um grupo de senadores e deputados

ta da República e de ministros de Estado.

Os critérios de apresentação dos trabalhos serão divulgados juntamente com a ficha de inscrição. A escolha do vencedor do concurso será feita por comissão composta por três membros de cada uma das comissões de Edu-

cação das duas Casas legislativas, além dos presidentes da Câmara e do Senado.

O ganhador do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, a ser escolhido entre cinco finalistas, não receberá prêmio em dinheiro, mas terá seu trabalho publicado pelo Congresso.

## Tebet: prêmio faz justiça a um dos maiores educadores

Após participar ontem de reunião com os membros do conselho do Congresso Nacional que instituiu o Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, o presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou que a iniciativa tem o valor de estimular a educação nacional e fazer justiça a um dos maiores educadores do país.

– Darcy Ribeiro estimulava,

sonhava e concretizava na área da educação e, como nosso colega, atuou fortemente na defesa de seus ideais – afirmou Tebet.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), autor do projeto de criação do diploma e membro do conselho, disse estar certo de que a medida irá encorajar e reconhecer aqueles que lutam pela melhoria do ensino do Brasil. Ele antecipou que o diploma do ano de

2001 será entregue, excepcionalmente, em maio do próximo ano.

Para o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), que também faz parte do conselho, o prêmio vai coroar a luta de Darcy Ribeiro em defesa dos avanços da educação. Entre as obras de Darcy citadas por Patrocínio está a criação da Universidade de Brasília (UnB) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

## Carlos Drummond de Andrade será homenageado em 2002

O ano de 2002 será dedicado a celebrar a obra literária do poeta Carlos Drummond de Andrade, conforme projeto de lei da Câmara aprovado ontem pelo Senado. O Ano Nacional Drummond compreenderá uma série de homenagens, cuja organização caberá ao Ministério da Cultura, ao centenário de nascimento do escritor.

Nascido na cidade mineira de Itabira em 1902, Drummond é um dos mais importantes nomes da literatura brasileira e uma das mais altas expressões da poesia mundial no século 20, destacou o autor da proposta, deputado Olímpio Pires (PDT-MG). O parlamentar lembrou que é comum o país

dedicar homenagens anuais a nomes da cultura nacional. Foi assim com os 150 anos de nascimento de Rui Barbosa e, em 2000, com as comemorações do centenário de Gilberto Freyre.

O relator do projeto, senador Tião Viana (PT-AC), disse que a homenagem representará o reconhecimento da sociedade à importância da leitura. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também louvou a iniciativa e lembrou que o Rio Grande do Sul deu a partida às homenagens a Drummond, saudando a obra do poeta na Feira do Livro este ano em Porto Alegre. Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Ricardo Santos



Drummond é um dos nomes mais importantes da literatura brasileira

(PSDB-ES) e José Fogaça (PPS-RS) também apoiaram o projeto.

Coube à senadora Heloísa Helena (PT-AL) encerrar os pronunciamentos sobre o projeto, citando o poema *Nosso Tempo*, um libelo à contestação: “Este é o tempo de partido, tempo de homens partidos. Em vão percorremos volumes (...). As leis não bastam. Os lírios não nascem das leis. Meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra”.

## Aeroporto do Recife recebe o nome de Gilberto Freyre

Aeroporto Internacional Guararapes – Gilberto Freyre é o novo nome do aeroporto do Recife (PE). O projeto de lei da Câmara que propõe a alteração foi aprovado ontem pelo Senado e agora vai à sanção.

Durante a discussão, o senador Roberto Freire (PPS-PE), que apresentou voto em separado contrário à aprovação do projeto na Comissão de Educação, contestou a mudança de nomes de logradouros e sítios públicos.

– Isso pode levar a uma perda de memória, numa ânsia de mudança – afirmou.

Freire lembrou a importância da Batalha de Guararapes, que dá nome ao aeroporto, para a história do Brasil. Ele sugeriu a apresentação de projeto proibindo a mudança de nomes de logradouros públicos após 50 anos do batismo do local, a fim de preservar a memória histórica.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apoiou a iniciativa de haver legislação regulando a tro-

ca de nomes.

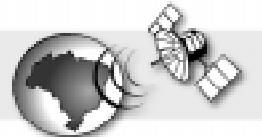
– Essa mudança de nomes irrita. Gostemos ou não do homenagem, é um registro histórico – disse. Alcântara votou a favor da alteração, defendendo a aprovação de projeto, de sua autoria, obrigando que a comunidade seja ouvida em casos de mudanças de nomes de locais públicos.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ser contra “mudanças movidas pela emoção”. O senador Robinson Viana (PMDB-PB) acha que esse tipo de mudança “pode apagar a história”. O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) opinou que as homenagens dizem respeito aos estados, não à Federação.

Outros senadores foram favoráveis à nova denominação do aeroporto. O senador Carlos Wilson (PTB-PE) lembrou que o nome de Gilberto Freyre será acrescido ao de Guararapes.

– Não se apagou a história, homenageou-se um grande intelectual de Pernambuco – afirmou.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h – Saúde/Unip – Tiróide  
6h30 – Cidadania – O sen. Artur da Távola e o publicitário Duda Mendonça falam sobre marketing político  
7h30 – Entrevista – O sen. Roberto Requião fala sobre o Mercosul  
8h – Canal do Município – Programa dedicado aos municípios brasileiros – Nº 3  
8h30 – As Cores do Brasil – Alagoas – O Paraíso das Águas  
8h45 – Senado Informa (ao vivo)  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Comissão de Infra-Estrutura – Reunião para a aprovação de quatro indicados à direção da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) (gravado)  
14h30 – Sessão Plenária (representação)  
18h30 – Quem Tem Medo da Música Clássica? – Harpa  
19h30 – Cidadania – O sen. Mauro Miranda e o deputado Jorge Pinheiro falam sobre qualidade de vida nas cidades  
20h30 – Entrevista – O sen. Nabor Júnior fala sobre a Feira do Pacífico  
21h – Jornal do Senado – O resumo das atividades do Senado  
21h30 – Fala Cidadão – A conexão do Senado com a sociedade

22h – Teatro Arthur Azevedo – Show Sargitário, com Carlinhos Velloz  
24h – Quem Tem Medo da Música Clássica? – Harpa

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

7h – Música, informação e serviço  
7h30 – Senado Notícias em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste  
8h – Senado Primeira Hora – Senador Lindberg Cury apresenta sua proposta que institui o imposto único no Brasil; senadora Marina Silva e doutora Allison Sutton (Serviço de Proteção Especial do Unicef) falam sobre exploração sexual de mulheres e crianças no Brasil; e o coronel PM Rui César Melo (comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo) explica os detalhes da operação militar nacional de defesa ambiental e fala sobre os 170 anos da PM paulista.  
Logo após – As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
13h30 – Doce Melodia – O melhor da música instrumental brasileira  
14h15 – Senado Notícias – Edição da Tarde  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
19h30 – A Voz do Brasil  
20h – Música, informação e serviço  
20h30 – Doce Melodia – O melhor da música instrumental brasileira (reprise)  
22h – Senado Notícias – Edição da Noite  
23h – Música do Brasil

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Lindberg anuncia proposta de imposto único federal

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) anunciou ontem que vai apresentar proposta de emenda à Constituição (PEC) criando o imposto único federal. Segundo Lindberg, existem hoje mais de 62 tipos de impostos e a classe média gasta pelo menos um quarto de sua renda com pagamento de tributos. "Não dá para conviver mais com um sistema tributário desses. Cada dia aumenta na sociedade brasileira a insatisfação com essa complexa, irracional, ineficiente e iníqua estrutura de impostos", afirmou o senador, para quem é preciso haver mais transparência na ordem tributária brasileira.

O imposto único federal, explicou, seria um tributo genérico e também de contribuição social para financiamento da seguridade social. Para o senador, a Contri-



Brasileiro paga duas vezes mais imposto que americano, disse Lindberg Cury

buição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) dá uma noção aproximada de como o imposto único pode descomplicar os mecanismos de arrecadação no país. Na opinião de Lindberg, basta ajustar a alíquota da CPMF para suprir a perda da receita dos impostos que fo-

rem extintos.

O senador informou que os rendimentos do trabalho no Brasil representam 26,8% da renda nacional e são responsáveis por cerca de 53,5% da arrecadação de impostos no país. "Para compensar a perda da arrecadação com a sonegação de empresas e autônomos, o governo transfere a carga tributária para os segmentos mais vigiados", disse. Lindberg afirmou que o contribuinte brasileiro é onerado duas vezes mais que o americano, quatro vezes mais que o japonês e 15 vezes mais que o argentino.

## Valadares quer proibição de cobrança antecipada do ICMS

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem que vai propor emenda constitucional proibindo os estados de cobrar antecipadamente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Segundo informou, a Constituição permite, mas não obriga, a cobrança antecipada



Valadares: pagamento do imposto na fonte traz prejuízo a pequenos e médios empresários

se, ou seja, o comerciante paga um tributo de que não é devedor, o que ele considera um absurdo.

— Pagar o imposto que é devido pelos seus clientes compradores, antecipando o ato da venda, pode significar um ônus incompatível com a capacidade financeira do pequeno

comerciante, inviabilizando a atividade comercial — afirmou o senador, lembrando que comerciantes e industriais de alguns estados, como Sergipe, sofrem com a cobrança antecipada do ICMS. Ele observou que vários empresários sergipanos estão instalando-se em estados vizinhos que não cobram o tributo na fonte.

O senador Lindberg Cury (PFL-DF), ex-presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, prometeu apoiar a proposta de Antonio Carlos Valadares que revoga a cobrança antecipada do tributo.

Valadares informou que, em condições regulares de arrecadação, o empreendedor tem até 15 dias, em média, para recolher o ICMS, após apuração mensal de seu movimento de mercadorias e serviços. Para o senador, se o Estado obriga o empresário a pagar o imposto na fonte, a situação inverte-



Os diretores indicados para a agência de transportes terrestres foram sabatinados pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

## Escolha de diretores da ANTT passa em comissão

As mensagens de indicação encaminhadas pelo presidente da República serão submetidas agora à deliberação do Plenário

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado aprovou ontem pareceres favoráveis às indicações dos nomes de José Alexandre Nogueira de Resende para diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e de Luiz Afonso dos Santos Senna, Noboru

Ofugi e Anália Francisca Ferreira Martins para diretores da instituição.

Antes da votação, os senadores que integram a comissão fizeram sabatina com os futuros diretores da ANTT. A CI é presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI), que comandou os trabalhos.

Os relatores das mensagens presidenciais na comissão foram, respectivamente, os senadores Paulo Souto (PFL-BA), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Gérson Camata (PMDB-ES). As indicações dependem ainda de deliberação do Plenário do Senado.

## Aprovada verba suplementar de R\$ 3,6 bi

A Comissão de Orçamento aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor global de R\$ 3,6 bilhões. O dinheiro destina-se a cobrir despesas do governo com a capitalização do Banco da Amazônia S.A., no valor de R\$ 1,086 bilhão, e do Banco do Nordeste do Brasil, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

De acordo com a exposição de motivos encaminhada ao Con-

gresso, de autoria do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, os recursos vão viabilizar o funcionamento das duas instituições, que foram objeto de inspeção por parte do Banco Central. O BC detectou a necessidade de diversas medidas saneadoras com vistas a assegurar a liquidez e uma adequada estrutura patrimonial dos bancos, acrescentou o senador.

Os recursos para atendimento

do crédito serão provenientes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, conforme autorização prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2001, não implicando acréscimo das despesas primárias do corrente exercício, segundo explicou o ministro. O parecer favorável à matéria foi de autoria do deputado José Priante (PMDB-PA). O projeto ainda será votado pelo Plenário do Congresso.

## Crédito de R\$ 9,9 bi é adiado por falta de acordo

Depois de nova frustração na tentativa de acordo entre os partidos políticos, na tarde de ontem, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para terça-feira a votação de 65 projetos que abrem créditos a dezenas de órgãos do governo. Juntos, esses créditos totalizam recursos da ordem de R\$ 9,9 bilhões.

Desta vez, foram os partidos de oposição que impediram as votações, alegando que esperam antes do governo solução para a

dívida de R\$ 4,5 bilhões dos pequenos produtores rurais e a reposição das perdas salariais dos servidores públicos.

Foi aprovado pela manhã apenas o projeto que abre crédito em benefício dos bancos da Amazônia e do Nordeste.

O presidente em exercício da Comissão Mista de Orçamento, deputado Santos Filho (PFL-MG), afirmou que, caso não haja acordo entre os partidos até a nova data para votação, os 65 proje-

tos de lei autorizando créditos suplementares solicitados pelo governo poderão ser levados à votação direta no Plenário do Congresso.

Os créditos se destinam a bancar projetos de vários ministérios, incluindo pagamento de convênios, gastos com educação e saúde, compra de material e até a aquisição de um avião, pelo Ministério do Meio Ambiente, destinado a combater incêndios florestais.

# Patrocínio alerta para escassez de água potável em todo o mundo

Previsão é de que até 2008 o produto pode faltar para 60% da população do planeta, adverte senador, que defende a adoção de medidas e a colaboração da sociedade para enfrentar desafio

Em todo o mundo, 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água potável, com 25 mortes diárias por essa razão; o consumo de água tem dobrado a cada 25 anos, e a previsão é de que até 2008 cerca de 60% da população mundial não disponham do produto em quantidade e qualidade suficientes. Dados



Patrocínio lembra que países desenvolvidos não contribuem para preservação

como esses indicam a gravidade do problema da escassez de recursos hídricos e devem levar, na avaliação do senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), à adoção de medidas para que o país enfrente o problema.

A instituição da Lei das Águas e a criação da Agência Nacional de Águas foram passos importan-

tes nesse sentido, disse o senador, mas devem vir acompanhados da conscientização da sociedade diante do problema.

— Temos agora um arcabouço legal que nos permite dar a esse insubstituível recurso natural o tratamento que merece. Se ocorrerem graves problemas no futuro, não se poderá alegar a inexistência de legislação adequada e pertinente. Mas o povo brasileiro deve dar a sua contribuição, zelando pela utilização consciente e responsável da água — disse o senador.

Patrocínio lamentou que os países desenvolvidos não contribuam para reduzir os níveis de agressão ao meio ambiente, principal razão para a escassez de água, junto com o crescimento populacional. Exemplo disso seria a recusa dos Estados Unidos em ratificar o Protocolo de Kyoto, o que o obrigaria a reduzir os níveis de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa. “É o descompromisso das nações ricas em participar do esforço comum para preservar o meio ambiente do planeta”, afirmou.

## Francelino elogia comissão do Rio São Francisco

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou a atuação da Comissão de Acompanhamento do Projeto de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco. Ele destacou a aprovação do relatório preliminar que divulga planilha consolidada dos recursos destinados ao rio no ano que vem, totalizando R\$ 84,3 milhões. Os recursos serão aplicados na despoluição do rio e em ações para minimizar os efeitos da seca.



Francelino ressalta iniciativas para recuperar o rio

— Por uma feliz coincidência, no momento em que o Senado Federal conhecia o relatório da comissão, o Plenário aprovava, em primeiro turno, proposta instituindo o fundo para a revitalização do rio — disse.

Francelino observou que essa proposta, apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), estabelece que, nos próximos 20 anos, pelo menos 1% das rendas tributárias da União será aplicado na revitalização do rio.

Segundo o senador, o relatório destaca questões como seguro-desemprego dos pescadores, ações emergenciais e papel dos órgãos estaduais de meio ambiente.

## Mozarildo cobra redução de desigualdades

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitou ontem ao governo federal uma política de desenvolvimento regional consistente — especialmente para as regiões Nordeste e Norte — capaz de diminuir as desigualdades sociais e econômicas no país. O Brasil, salientou, tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa.

O senador criticou o governo por ter extinguido as Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam), em razão de denúncias de corrupção, e criado agên-

cias de desenvolvimento que ainda não foram efetivadas. Enquanto isso, disse, a população das duas regiões fica desamparada.

Mozarildo acrescentou que há preconceito contra a Região Norte no governo Fernando Henrique. Ele citou o fato de o deputado Arthur Virgílio ter sido o primeiro parlamentar nortista a assumir um cargo de ministro neste governo. A Região Norte, disse, está ausente até mesmo do se-



Mozarildo: país tem segunda pior distribuição de renda

gundo escalão governamental por ser vítima de visão discriminatória e não por falta de pessoas qualificadas.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da proposta de emenda à Constituição, remetida à Câmara, que institui fundos de desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, disse que é necessária uma ação efetiva e integrada do governo para que as desigualdades sejam minoradas.

## Iris quer política para ciência e tecnologia

O desenvolvimento científico é o ponto chave da diferenciação entre países no século 21. A partir dessa afirmação, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu urgência na definição de uma política eficiente para a área científica. “Devemos urgentemente fortalecer os Fundos de Amparo à Pesquisa em todo o território nacional e conscientizar os empresários de que o esforço que fazem na área científica, da ordem de apenas 10% a 15%, é extremamente in-



Iris reconhece alguns avanços no campo da pesquisa

significante.”

Iris lembrou que a Índia, a China e os países do sudeste da Ásia, conhecidos como Tigres Asiáticos, investiram de forma crescente na pesquisa científica e tecnológica por 30 anos.

Mesmo com pouco investimento no setor, o senador reconhece que o Brasil tem realizado alguns progressos no campo da pesquisa, dos investimentos, da formação de quadros altamente especializados, da difusão, da publicação e do registro de patentes.

Segundo ele, o Brasil conseguiu incluir duas unidades de pesquisa entre os 46 mais importantes centros mundiais de inovação tecnológica do mundo.

Iris, no entanto, salientou que, conforme dados do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a maior parte da produção científica brasileira está concentrada no eixo Sul-Sudeste. Ele revelou que dos 11.760 grupos de pesquisa, quase 57% se encontram no Sudeste e 20% do total no Sul. O Nordeste fica com 15%, o Centro-Oeste tem 6% e o Norte responde por 3%.

## Carlos Bezerra pede reforma da rodovia MT-040

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) cobrou do governo de Mato Grosso a reforma urgente da MT-040, estrada que escoia a produção das fazendas pantaneiras situadas entre a margem direita do Rio Piquiri e a margem esquerda do Rio São Lourenço. Segundo ele, os produtores estão sendo prejudicados pelas péssimas condições dessa rodovia.

— Os produtores pagam seus impostos, ICMS e taxas do Fethab (Fundo de Transporte e Habitação), mas deparam-se com a indiferença das autoridades estaduais quando se trata de viabilizar a estrada de que depende a economia daquela macrorregião produtora.

São 41 fazendas, observou, que não conseguem, no período chuvoso, comercializar sua produção devido às más condições da MT-040. Com isso, acrescentou, “perdem os fazendeiros, perdem suas famílias e seus empregados e perde o estado, que também poderia arrecadar mais”.

Carlos Bezerra lembrou que os caminhões dos produtores, carregados, principalmente de boiadeiros, não conseguem subir a Serra de São Jerônimo, e os produtos, destacou, não podem ser vendidos nas épocas certas. O senador disse que tratores têm que ser mobilizados para fazer avançar os caminhões.

Em 1996, informou o parlamentar, um grupo de 31 desses fazendeiros tomou a iniciativa de abrir novo trecho de estrada, de 40 quilômetros de extensão, para contornar a reserva indígena dos Bororós. De acordo com Carlos Bezerra, eles investiram na consolidação do leito, em quatro pontes, em passagens d'água e, salientou, só não puderam concluir o corte definitivo da Serra de São Jerônimo, um obstáculo natural que precisa ser transposto.

— Os produtores, abandonados pelo governo, nem por isso deixam de pagar os tributos estaduais. Pagam a taxa do Fethab, de legalidade duvidosa — disse.



Carlos Bezerra: todos perdem com estrada ruim